
A EDUCAÇÃO EFICIENTE COMO ESTRATÉGIA PARA O ALÍVIO DA POBREZA¹

EFFICIENT EDUCATION AS A STRATEGY TO THE RELIEF OF POVERTY

LA EDUCACIÓN EFICIENTE COMO ESTRATEGIA PARA EL ALIVIO DE LA POBREZA

João Batista Zanardini²

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar o papel que uma determinada proposição educacional adquire, após os anos 1990, como estratégia para o alívio da pobreza. Tomamos para análise o papel preponderante que o Banco Mundial assume nesse sentido, na proposição de políticas sociais consoante a chamada reestruturação produtiva embasando sua “preocupação” com o alívio da pobreza por meio do incremento da produtividade dos pobres. Remete-se aí à importância da avaliação educacional, pois o grau de eficiência da educação “mede-se” pelos resultados nos testes avaliativos em larga escala, no sentido de incrementar a produtividade dos pobres, concretizada em sua capacidade de trabalhar.

Palavras-chave: avaliação; educação eficiente; Banco Mundial e pobreza.

Abstract: The objective of this article is to analyze the role that a determined educational proposition acquires, after the 1990's, as a strategy to the relief of poverty. We assume for the analysis the preponderant role that the World Bank takes on in this sense, in the proposition of social policies according to the so called productive restructuring basing its “concern” with the relief of poverty by means of incrementing the productivity of the poor. One refers, in this position, to the importance of educational evaluation, once the education efficiency degree is “measured” by the result on large scale evaluative tests, in the sense of incrementing the productivity of the poor, materialized on their capacity to work.

Keywords: evaluation; efficient education; World Bank and poverty.

Resumen: El objetivo de este artículo es analizar el rol que una determinada proposición educacional adquiere, después de los años de 1990, como estrategia para el alivio de la pobreza. Tomamos para el análisis el preponderante rol que el Banco Mundial asume en este sentido, en la proposición de políticas sociales consonantes a la llamada reestructuración productiva, embasando su “preocupación” con el alivio de la pobreza por medio del incremento de la productividad de los pobres. Esto se refiere a la importancia de la evaluación educacional, pues el grado de eficiencia de la educación “se mide” por los resultados en testes evaluativos en ancha escala, en el sentido de incrementar la productividad de los pobres, concretizada en su capacidad de trabajar.

Palabras clave: evaluación; educación eficiente; Banco Mundial y pobreza.

O modo de produção capitalista, em seu atual estágio de desenvolvimento, exige e implementa processos e mecanismos de avaliação em larga escala tendo em vista controlar o sucesso ou o fracasso das proposições educacionais que implementa. Consoante a esse processo, o Estado avaliador³ regula o investimento em educação, decorrendo daí a importância dos mecanismos de avaliação tomados em seus resultados como parâmetro de investimento na área. Para a manutenção desse *status quo* social, portanto, é imperiosa a realização da tarefa de conter em níveis de segurança a barbárie – condição inexorável desse

modo de produção. A construção dessa possibilidade se apoia, dentre outros elementos, nos resultados dos instrumentos de avaliação escolar.

Quando nos reportamos aos anos de 1990, percebemos que a ideologia da globalização traz consigo a retórica do alívio da pobreza como um de seus mecanismos de controle social e de segurança a serviço do modo de produção capitalista. A avaliação educacional realizada por meio de testes padronizados em larga escala⁴, consubstanciada na lógica da racionalidade econômica, se mostra como um importante mecanismo de controle social, por determinar os padrões mínimos de eficiência educacional “capazes” de incrementar a produtividade dos pobres.

A educação eficiente desponta como a grande conquista que deve ser realizada pela escola, sobretudo em seu aspecto quantitativo. Porém, tomamos como educação eficiente a aquela avaliada meritocraticamente e cujos resultados são expostos publicamente. Logo, nossa definição independe do rendimento obtido pelos alunos, essa educação medida cumpre bem o seu papel de conformadora frente às desigualdades sociais, às quais se presta como justificativa.

Ao nos reportarmos brevemente à temática da pobreza, levando em consideração que o modo capitalista de produção e reprodução da vida se funda na desigualdade, onde poucos detêm a propriedade dos meios de produzir a vida e a maioria, se vê na condição de despossuídos destas condições, constatamos que o mesmo não inaugurou a pobreza, mas tem na pobreza uma de suas condições constituintes e irreparáveis, pois, de forma muito mais eficiente do que qualquer outro modo de produção econômica, tem na produção da riqueza a correlata produção e reprodução da pobreza como condição inexpugnável.

E como se trata de algo inextirpável, à pobreza são oferecidas por vezes explicações ideológicas fundadas em afirmações circulares, onde as causas são muitas vezes apresentadas como efeitos, como, por exemplo, apresentar a fome ou a violência como causadoras da pobreza.

Os organismos internacionais, principalmente o Banco Mundial, funcionam como defensores desse modo de produzir a vida, lançando mão de artifícios ideológicos, como ferramentas para a manutenção e justificativa das desigualdades sociais do *status quo* regido pelo capital. A educação bem como suas políticas, responderam e respondem por essa tarefa ideológica.

Em se tratando de educação, esta “preocupação” se exacerba ao postular importância crucial ao papel da educação eficiente para o “alívio” da pobreza, mais especificamente, a partir do final da década de 1990 pelo incremento da produtividade dos pobres.

Integrar-se na sociedade atual, como se seu contrário fosse possível, se converte em meta global, pois, diante do atual modelo de exploração da força de trabalho pelo capital:

Não se trata, entretanto, das transformações que foram propagadas nos anos 1990, de qualificação de mão de obra para assumir os postos de trabalho que se modernizavam ou para manter a condição de empregabilidade dos sujeitos. Agora, a educação tem como finalidade manter os sujeitos incluídos socialmente, servindo de estratégia social contra o esgarçamento do tecido social, uma vez que a passagem pelos bancos escolares, segundo o discurso contido no documento estudado, não guarda nenhuma relação com possibilidades de mobilidade social, mas é apresentada como uma forma de inclusão social. (SHIROMA; GARCIA; CAMPOS, 2011, p. 245).

Essa intencionalidade expressa a demanda que deve ser atendida pela educação eficiente, bem como, indica a intensidade educacional destinada às parcelas mais desfavorecidas socialmente, pois:

[...] diante de uma realidade tão árida, merece ao menos ser considerada a hipótese de que, não só a ascensão social não estará ao alcance de todos, como nem todos terão direito à empregabilidade. No entanto, todos precisarão estar socialmente integrados e, de alguma forma, garantir sua sobrevivência. As diferenças entre trabalhadores empregados e qualificados e trabalhadores alojados na economia informal ou no subemprego podem estar indicando que aos primeiros será preciso garantir uma educação sólida e aos demais nem tanto (OLIVEIRA, 2001, p. 110).

À avaliação escolar meritocrática cabe um papel preponderante nesse sentido, sobretudo como instrumento de conformação, pois aos desempregados ou aos alojados na economia informal, que segundo o Banco Mundial (2004) têm mais chance de “tombar na pobreza”, mais do que não possuir, convém que acreditem não possuir qualificação e que seu quadro de desemprego, conseqüentemente de pobreza, daí advém.

Não é de hoje que a pobreza “recebe especial atenção” por parte do Banco Mundial. De acordo com Evangelista e Shiroma (2005, p. 8):

No âmbito dos sentidos que se atribuíram à pobreza, uma primeira perspectiva foi a redistributivista e desenvolvimentista, que marcou os anos de 1960 na América Latina, posto que foi tomada como entrave ao crescimento. Enfatizava-se a acumulação de capital como condição para o desenvolvimento e a cooperação financeira internacional ajudaria a complementar a poupança interna e poderia viabilizar planos de desenvolvimento dos países periféricos.

Uma das alegações para o combate ideológico à pobreza era a de que o crescimento gerava concentração de renda nas mãos dos mais favorecidos, idéia que compunha o cerne do desenvolvimentismo, logo a solução para tal problema seria encontrada na “distribuição” de renda como estratégia. Encaixa-se aí a ação social do Estado mediante “políticas públicas sociais” que visam o “auxílio” às chamadas necessidades básicas para salvaguardar a estabilidade necessária ao desenvolvimento e crescimento almejado. Segundo Faleiros (1991, p. 33-34):

A existência da relação social de exploração é, portanto, a condição do processo de acumulação. E, conseqüentemente, torna-se fundamental manter o trabalhador vivo e produtivo para que essa relação se perpetue. O trabalhador e sua família precisam alimentar-se, vestir-se, morar, estudar, cuidar da saúde para colocar-se em condições de trabalhar e produzir riquezas. A vida e o trabalho não são, assim, questões individuais, mas situações coletivas e sociais que garantem a possibilidade e a efetividade da acumulação.

O “auxílio” aos pobres atinge-os em suas necessidades básicas⁵ entendidas como as mais elementares, ainda assim, a um número restrito de pessoas.

O Banco atua em dois sentidos complementares: a) atribui níveis toleráveis à barbárie controlando em níveis seguros a pobreza e b) reforça sua estratégia ideológica de elevar a produtividade dos mais pobres⁶ por meio da valorização do capital humano, com vistas a incluí-los no sistema econômico.

Com a substituição da ideologia do desenvolvimentismo pela ideologia da globalização o Banco Mundial colocou no topo da agenda política a “satisfação” das “necessidades básicas” de países clientes, o que acena para uma retomada da significação do vínculo entre educação e pobreza em suas proposições.

Na substituição da promessa de fim da pobreza, bandeira da ideologia do desenvolvimentismo, pelo alívio da pobreza, cerne da ideologia da globalização, o Banco Mundial ocupa lugar privilegiado, forçando os países até então considerados “em desenvolvimento” a se curvarem diante de ajustes estruturais cada vez mais frequentes. Leher (1998, p. 85) afirma que:

[...] a década de 1970 foi marcada por embates a propósito do caráter do desenvolvimento. *O movimento dos países não alinhados* simbolizou a luta por uma Nova Ordem Econômica Internacional; os EUA, por meio do Banco Mundial, produziram um deslocamento da noção de desenvolvimento, reduzindo-a ao atendimento das necessidades básicas. Assim o Banco passou a ter importância crescente na definição de diretrizes políticas para os países *em desenvolvimento*, com destaque para a política educacional.

A educação desponta como decisiva para o alívio da pobreza. A estratégia do Banco – de considerar que as nações em desenvolvimento, por possuírem necessidades críticas, exigiriam consideráveis investimentos educacionais – operou ideologicamente uma inversão, pois a situação do sistema educativo dos países deriva da estrutura social e da própria localização econômica que nela ocupam, e não o contrário. Essa inversão foi e continua sendo fundamental para o Banco justificar, pela “má qualidade” da educação, a pobreza dos países, hoje estendida à cultura.

Como se conclui, o combate à pobreza é tido como indispensável para que o mundo alcance estabilidade e paz. Nas palavras então Presidente do Banco Mundial⁷:

Nós todos conhecemos os fatos básicos. Metade da população mundial vive com menos de US\$2 por dia. Um quinto vive com menos de US\$1 por dia. Nos próximos dois anos, mais dois bilhões de pessoas serão acrescentados à população global – 97% delas em países em desenvolvimento e a maioria nascida na pobreza. [...] A mensagem é clara: podemos intensificar a redução da pobreza e, portanto, construir um mundo mais seguro (WOLFENSOHN, 2004, p. 13-14).

No ano 2000 com o objetivo de acelerar a agenda do desenvolvimento, 189 países, incluindo o Brasil, adotaram as Metas de Desenvolvimento do Milênio – MDM⁸ que identificam os alvos a serem atacados a fim de aliviar a pobreza com vistas a promover o desenvolvimento sustentável até o ano 2015.

Esses objetivos estão presentes na mensagem de abertura do Relatório Anual do Banco Mundial:

Em suas reuniões da Primavera Setentrional deste ano, o Banco Mundial divulgou o Relatório de Monitoramento Global, que destaca as políticas e ações que todos precisam adotar para alcançar essas metas. O relatório, um esforço conjunto com o FMI, fez soar um alarme: na maior parte dos países, a maioria das metas não será alcançada até o prazo final de 2015. Portanto, o mundo encontra-se em uma situação crítica: ou nós da comunidade internacional renovamos o compromisso de alcançar os objetivos, ou aquelas metas que definimos com grande alarde não serão cumpridas; os pobres de todo o mundo ficarão ainda mais pobres e deixaremos para nossos filhos a tarefa de arcar com as conseqüências. (BANCO MUNDIAL, 2004, p. 3).

Para o Banco Mundial (2004, p. 62) a educação é a estratégia principal para fazer frente à pobreza, pois:

A assistência aos países na construção de sistemas de educação capazes de responder à pobreza e aos desafios de conhecimento do século XXI é o objetivo fundamental do Banco Mundial. [...] Além de acelerar o progresso no sentido de alcançar uma educação básica universal – inclusive apoio para ajudar os sistemas educacionais a responderem ao impacto do HIV/AIDS – o Banco Mundial está comprometido com o auxílio aos países para a criação das aptidões avançadas de que precisam para competir nos mercados globais.

Se a educação eficiente, “aquela capaz de responder à pobreza e aos desafios de conhecimento do século XXI”, é estratégica para o ataque à pobreza, sustentáculo do discurso ideológico do Banco Mundial, a forma encontrada para isso está no *empowerment*, ou *empoderamento*, das pessoas de “baixa renda”, pois para o Banco Mundial (2004, p. 61):

O investimento em serviços que permitam que as pessoas de baixa renda quebrem o ciclo da pobreza nunca foi tão importante. O apoio do Banco Mundial a países clientes *para ampliar e aprofundar o impacto de seus gastos em saúde, educação e outros serviços essenciais*¹⁰ é mais forte do que nunca. O Banco Mundial também pretende fortalecer os serviços que protegem as pessoas expostas ao risco, inclusive crianças e jovens portadores de deficiências e pessoas em crise. Desde parcerias internacionais voltadas para o incremento do esforço de cumprimento das Metas de Desenvolvimento do Milênio (MDM) até programas implementados pelos próprios países nas esferas local e familiar, dar prioridades às pessoas é o principal compromisso do Banco Mundial (grifo nosso).

O Banco Mundial, cômico de seu papel frente a proposições das reformas políticas, no documento que estabelece as metas para o Setor da Educação até o ano de 2020 (BANCO MUNDIAL, 2011, p. 1). Como parte integrante dessas metas, a relação que supostamente existe entre a educação e a melhoria nas condições gerais de vida dos trabalhadores segue ditando a tônica das proposições do Banco, e nelas ressalta-se o nível desejado de eficiência que deve ser garantido via educação.

A nova estratégia centra-se na aprendizagem por uma simples razão: o crescimento, desenvolvimento e redução da pobreza dependem dos conhecimentos e qualificações que as pessoas adquirem, não no número de anos que passaram sentados numa sala de aula. [...] Conhecimento e qualificações contribuem também para que um indivíduo possa ter uma família saudável e instruída, e participe na vida cívica. No nível social, pesquisas recentes mostram que o nível de competências de uma força de trabalho – medido pelos resultados de avaliações internacionais de estudantes, como o Programa Internacional para a Avaliação de Alunos (PISA) e as Tendências Internacionais no Estudo da Matemática e das Ciências (TIMSS) – prevêem taxas de crescimento econômico muito mais elevadas que as médias de escolaridade. (BANCO MUNDIAL, 2011, p. 3).

Para a continuidade do processo de acumulação capitalista se faz necessária, sempre que o modelo assim o exija, uma renovação do sistema ideológico que o acompanha, e é nesse sentido que, sob os auspícios da reestruturação produtiva no âmbito da ideologia da globalização, é retomado o “combate” às condições desiguais numa tentativa de humanizar o capital. Para Chossudovsky (1999, p. 34-35):

O Banco Mundial desempenha um papel-chave nesse particular, promovendo pesquisa sobre a pobreza e as chamadas “dimensões sociais do ajuste”. Esse enfoque ético e as categorias subjacentes (por exemplo, diminuição da pobreza, questões ligadas ao gênero, equidade etc.) fornecem uma “face humana” às instituições de Bretton Woods e uma aparência de compromisso com a mudança social.

Ressalte-se a mudança de tratamento do desenvolvimento que se reflete numa “crise do modo de desenvolvimento” (CHESNAIS, 1996), pois com a substituição da ideologia do desenvolvimentismo

pela da globalização ocorre uma mudança no tratamento dos países outrora denominados “em desenvolvimento”. De acordo com Chesnais (1996, p. 38-39):

[...] há uma polarização internacional, aprofundando brutalmente a distância entre os países situados no âmago do oligopólio mundial e os países da periferia. Estes não são mais apenas países subordinados, reservas de matérias-primas, sofrendo os efeitos conjuntos da dominação política e do intercâmbio desigual, como na época “clássica” do imperialismo. São países que praticamente não mais apresentam interesse, nem econômico nem estratégico (fim da “guerra fria”), para os países e companhias que estão no centro do oligopólio. São pesos mortos, pura e simplesmente. Não são mais países destinados ao “desenvolvimento”, e sim áreas de “pobreza” (palavra que invadiu o linguajar do Banco Mundial), cujos emigrantes ameaçam os “países democráticos”.

Nesta nova forma de condução econômica há uma hierarquia de legitimidade das despesas públicas, na qual a colocação das chamadas necessidades sociais ocupa um lugar marginal, subordinado aos interesses e ao processo de lucro e acumulação de capital. Não se trata apenas de mudança semântica. Nos tempos em que se falava em *desenvolvimento*, propagava-se a idéia de que a pobreza deveria ser *combatida*, nestes tempos em que se fala em *globalização* deve apenas ser *aliviada*. Neste projeto, como indicamos, a educação ocupa posição privilegiada nas formulações do Banco, atribuindo-se a ela papel decisivo no crescimento econômico, caracterizando-a como uma das formas de operar as contradições do capitalismo.

Vale a pena ressaltar a importância crescente dos mecanismos de avaliação com a finalidade de “garantir” a eficiência e a eficácia educacional no papel de mediadora de contradições. Segundo o Banco:

Numa perspectiva operacional, o Banco Mundial concentrará cada vez mais a sua ajuda financeira e técnica em reformas do sistema que promovam os resultados da aprendizagem. Para esse efeito, o Banco irá concentrar-se em ajudar os países parceiros a consolidar a capacidade nacional para reger e gerir sistemas educacionais, implementar padrões de qualidade e equidade, medir o sistema de desempenho com relação aos objetivos nacionais para a educação e apoiar a definição de políticas e inovação com base comprovada (BANCO MUNDIAL, 2001, p. 6).

O discurso acerca da educação eficiente como promotora de mobilidade social atua em pelo menos duas frentes: por um lado é veiculada a idéia de que por meio de uma educação de qualidade seria possível aos pobres saírem de sua pobreza e, por outro, uma educação considerada ineficaz, precária em seus resultados avaliativos, não forneceria condições ao pobre para a superação do seu estado. Conforme afirma Libâneo (2012):

Conclui-se, assim, que a escola passa a assumir as seguintes características: a) conteúdos de aprendizagem entendidos como competências e habilidades *mínimas* para a sobrevivência e o trabalho (como um *kit* de habilidades para a vida); b) avaliação do rendimento escolar por meio de indicadores de caráter quantitativo, ou seja, independentemente de processos de aprendizagem e formas de aprender; c) aprendizagem de valores e atitudes requeridos pela nova cidadania (ênfase na sociabilidade pela vivência de ideais de solidariedade e participação no cotidiano escolar). (p. 20, grifos do autor).

Dito de outra forma, enquanto os resultados educacionais, advindos dos instrumentos avaliativos em larga escala, demonstrarem baixos escores, a pobreza de um grande contingente populacional será continuamente a isto atribuída. Essa, e outras formas de atribuição de poder à educação enfraquecem a capacidade de rebelião que uma situação de miséria poderia vir a deflagrar,

comprometendo, por hipótese, a estabilidade e a segurança do sistema. Ou seja, a pobreza por este subterfúgio pode não ser considerada fruto das relações produtivas, mas resultado dos poucos scores alcançados pela educação escolar. Neste sentido, os sujeitos do processo educacional são incitados a aceitar como foco de luta a melhora dos scores avaliativos e não à mudança radical na forma de produzir e repartir o produzido no bojo do capitalismo. Delors (1999, p. 74) assim se posiciona:

Considerados nesta perspectiva, os investimentos em matéria de educação e de pesquisa constituem uma necessidade, e uma das preocupações prioritárias da comunidade internacional deve ser o risco de marginalização total dos excluídos do progresso, numa economia mundial em rápida transformação. Se não se fizer um grande esforço para afastar este risco, alguns países, incapazes de participar na competição tecnológica internacional, estarão prestes a constituir bolsas de miséria, de desespero e de violência impossíveis de reabsorver através da assistência e de ações humanitárias.

É atribuída à educação o papel de transformar a divisão social do trabalho e a divisão da riqueza advinda da produção em consequência dos resultados escolares, dissimulando, com as noções de habilidade, competência, dom e aptidão, as contradições da sociedade capitalista, segundo o Banco, “quando as crianças aprendem, a vida melhora e os países prosperam” (BANCO MUNDIAL, 2001, p. 9).

Partimos do pressuposto de que a idéia de que a escola não possibilita a apropriação por parte dos alunos de conhecimentos imprescindíveis economicamente é determinada pela composição do mercado de trabalho, pois com a intensificação produtiva do processo de trabalho tem-se, de forma expressiva, um número menor de trabalhadores produzindo um quantum maior de riqueza, o que acarreta um aumento considerável no número de desempregados¹¹, principalmente pela reestruturação dos parques industriais.

Esse movimento gera um incremento do setor terciário de trabalho¹², o que conduz a educação a ser pensada para atender este mercado¹³. Para Oliveira e Souza (1996, p. 152):

Com o aumento do desemprego crescem as polaridades, aumentam-se as desigualdades sociais. Para que formar uma população com as dimensões da brasileira para um mercado que existe, concretamente, só para uma pequena minoria, agora com aparência de elite? À medida que diminui o número de ingressos na indústria assiste-se a um crescimento fenomenal do setor terciário e, ainda mais, da economia informal e do comércio ambulante. A reestruturação produtiva tem sido conhecida no Brasil muito mais pelos seus subprodutos perversos que pelos seus atributos. No instante em que assistimos a um desenvolvimento tecnológico sem precedentes, disponibilizando acessos jamais imaginados ao homem, esbarramo-nos num quadro de miséria crescente, de aumento, também sem precedentes, do contingente de desempregados. O recurso à economia informal ou ao subemprego tem representado para muitos a única possibilidade de sobrevivência.

A reforma educacional, empreendida no Brasil desde os anos 90, tem como objetivo dotar os trabalhadores de aptidões mais transmissíveis e negociáveis, preparando-os para os lugares que devem ocupar na sociedade em que vivem, mesmo que fadados ao desemprego. Possibilita, ademais, um fluxo favorável e estável à circulação de mercadorias e ao processo especulativo. Para o Banco Mundial (2004, p. 123).

Os fortes choques sofridos por uma economia podem criar oportunidades para alguns trabalhadores e ter efeitos arrasadores para outros. Embora os padrões da transformação diverjam de um país para o outro, ela sempre implica uma acentuada

aceleração da eliminação dos empregos inexecutáveis e a criação de novos empregos. Esse processo é quase sempre acompanhado de um declínio macroeconômico, impondo uma redução da demanda de mão-de-obra e uma queda do salário real. Os efeitos líquidos geralmente são representados por grandes quedas da renda dos trabalhadores, aumento do desemprego e passagem do setor formal para o informal. Até mesmo as reformas melhor planejadas produzem, a curto prazo, vencedores e vencidos, estes últimos representados principalmente pelos trabalhadores não especializados e pelos que trabalham no setor formal das áreas urbanas. A melhor maneira de limitar a perda de bem-estar é orientar a economia o mais rapidamente possível no novo rumo do crescimento, porque os trabalhadores pobres são os mais duramente afetados pela desistência no meio do caminho.

Podemos concluir que a relação entre pobreza e educação, tem sido constante nos documentos do Banco Mundial, como também suas prescrições de tratamentos focalizados, que alegando uma determinada preocupação, lança mão do discurso ideológico da importância do papel que a educação deve ocupar no alívio das condições sociais de pobreza. Esse discurso recrudescer, principalmente após os anos 1990, e mesmo com nuances distintas traz sempre colada a idéia da possibilidade de via educação dotar os pobres, via o aumento de sua produtividade, de condições de saída de sua situação de pobreza. Conforme Libâneo (2012, p. 19):

Têm-se, assim, traços básicos das políticas para a educação do Banco Mundial: a) reducionismo economicista, ou seja, definição de políticas e estratégias baseadas na análise econômica; b) o desenvolvimento socioeconômico necessita da redução da pobreza no mundo, por meio da prestação de serviços básicos aos pobres (saúde, educação, segurança etc.) como condição para torná-los mais aptos a participarem desse desenvolvimento; c) a educação escolar reduz-se a objetivos de aprendizagem observáveis, mediante formulação de padrões de rendimento (expressos em competências) como critérios da avaliação em escala; d) flexibilização no planejamento e na execução para os sistemas de ensino, mas centralização das formas de aplicação das avaliações (cujos resultados acabam por transformarem-se em mecanismos de controle do trabalho das escolas e dos professores).

O discurso proposto incrusta na mentalidade do grande contingente desempregado ou alojado no setor informal a idéia de que o mérito de estar desempregado ou subempregado e, portanto sujeito a “tombar na pobreza”, é reflexo direto da ausência de méritos em seu processo individual de qualificação. Assim, sob os auspícios do capital a suposta ausência de eficácia educacional responde em grande medida pelo quadro de pobreza no qual se encontra parte substantiva da população.

Referências:

- AFONSO, A. J. *Políticas Educativas e Avaliação Educacional: Para uma análise Sociológica da Reforma Educativa em Portugal (1985-1995)* Edição do Centro de Estudos em Educação e Psicologia, Instituto de Educação e Psicologia, Braga, 1999.
- ANTUNES, R. *Adeus ao Trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- BANCO MUNDIAL. *Educação Municipal no Brasil: Recursos, Incentivos e Resultados*. Banco Mundial. Estados Unidos da América, 2001.
- _____. *Um Brasil mais justo, sustentável e competitivo: Estratégia de Assistência ao País 2004-2007*. Banco Mundial. Estados Unidos da América, 2004.

- _____. *Aprendizagem para Todos: Investir nos Conhecimentos e Competências para promover Desenvolvimento – Estratégia 2020 para a Educação do Grupo Banco Mundial* (Resumo executivo). Banco Mundial, 2011.
- CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. Tradução Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.
- CHOSSODOVSKY, M. *A globalização da pobreza: impactos da reforma do FMI e do Banco Mundial*. Tradução Marylene Pinto Michael. São Paulo: Moderna, 1999.
- DELORS, J. (Org.) *Educação um tesouro a descobrir*. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. Brasília: MEC: UNESCO, 1999.
- EVANGELISTA, O.; SHIROMA, E. O. Educação para o alívio da pobreza: novo tópico na agenda global. In: CONGRESSO IBEROAMERICANO DE HISTORIA DE LA EDUCACIÓN LATINOAMERICANA, 7., 2005, Quito. *Anais...* Quito: VII Congresso Iberoamericano de Historia de la Educación Latinoamericana, 2005.
- FALEIROS, V. de P. *O que é Política Social*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.
- LEHER, R. *Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização: a educação como estratégia do Banco Mundial para “Alívio” da pobreza*. São Paulo: USP, 1998.
- LIBÂNEO, J. C. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012.
- OLIVEIRA, D. A. Política educacional nos anos 1990: educação básica e empregabilidade. In: DOURADO, L. F.; PARO, V. H. (Orgs.). *Políticas públicas & Educação Básica*. São Paulo: Xamã, 2001.
- OLIVEIRA, D. A.; SOUSA, S. M. Z. L. Currículo nacional e avaliação: elementos para uma discussão. *Revista de Educação*, Brasília, n. 100, 1996.
- SHIROMA, E. O.; GARCIA, R. M. C.; CAMPOS, R. F. Conversão das almas pela liturgia da palavra: uma análise do discurso do movimento Todos pela Educação. In: BALL, S. J.; MAINARDES, J. (Orgs.). *Políticas Educacionais: questões e dilemas*. São Paulo: Cortez, 2011.
- WOLFENSOHN, J. D. *Tornando Seguro o Século XXI*. Washington: Banco Mundial, 2004.

Notas:

- ¹ Este texto consubstancia-se em parte da tese de doutorado *Ontologia e Avaliação da Educação Básica no Brasil (1990 – 2007)* defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina em 2008.
- ² Professor do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus Cascavel, PR. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais e Sociais – GEPPES. E-mail: j.zanardini@uol.com.br
- ³ A esse respeito ver Afonso (1999).
- ⁴ Aqui nos referimos às políticas implementadas por meio do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica do Brasil – SAEB.
- ⁵ O próprio conceito de necessidades básicas tem sua difusão exacerbada nas proposições do Banco após 1990.
- ⁶ Esta elevação do potencial dos mais pobres receberá, no final da década de 1990 e início dos anos 2000, a denominação de *empowerment*, isto é, empoderamento de pessoas.
- ⁷ Trata-se do discurso *Tornando seguro o século XXI – proteger o planeta*, proferido à Assembléia de Governadores em Washington, em 2004.
- ⁸ As metas são: Reduzir pela metade o número de pessoas em condições de extrema pobreza e daqueles que sofrem com a fome até 2015; Assegurar até 2015 que todas as crianças possam completar a educação fundamental; Eliminar a disparidade de gênero no ensino médio até 2005 e em todos os níveis até 2015; Reduzir em dois terços a mortalidade de crianças com menos de cinco anos até 2015; Reduzir em três quartos a taxa de mortalidade materna até 2015; Deter a disseminação de HIV/AIDS, malária e outras doenças graves e começar a reverter essa disseminação até 2015; Reduzir pela metade a proporção de pessoas sem acesso sustentável à água potável até 2015; Ampliar o desenvolvimento de um sistema comercial e financeiro aberto, baseado em regras, previsível e não discriminatório (BANCO MUNDIAL, 2004, p. 15).
- ⁹ Segundo dados disponíveis no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, o Setor de Serviços é responsável por 70% do PIB brasileiro – a soma de tudo que o país produz – em 2012 e por 75% dos empregos formais. Dados disponíveis em:

<<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2012/08/diferenca-entre-setor-de-servicos-e-industrias-preocupa-economistas.htm>>. Acesso em out. 2012.

- ¹⁰ Aqui, a nosso ver, o Banco refere-se à necessidade da avaliação como elemento fundamental do processo de otimização dos gastos educacionais, ou *accountability*.
- ¹¹ Segundo a Organização Internacional do trabalho (OIT), o mundo possui um número recorde de 191,8 milhões de desempregados e a taxa de desemprego mundial é de 6,3% da população economicamente ativa. Metade dos desempregados do mundo é formada por jovens de 15 a 24 anos. Com 1,3 milhões de desempregados a mais, a América Latina e o Caribe foram os que mais registraram aumento neste índice, em que o desemprego afeta 7,7% da população ativa. Disponível em: <www.oitbrasil.org.br>. Acesso em: out. 2012
- ¹² Antunes (2003, p. 52), referindo-se aos números do desemprego mundial, afirma que: “Esses dados e tendências evidenciam uma nítida redução do proletariado fabril, industrial, manual, especialmente nos países de capitalismo avançado, quer em decorrência do quadro recessivo, quer em função da automação, da robótica e da microeletrônica, gerando uma monumental taxa de desemprego estrutural. Paralelamente a essa tendência, há outra também extremamente significativa, dada pela subproletarização do trabalho, presente nas formas de trabalho precário, parcial, temporário, subcontratado, ‘terceirizado’, vinculado à ‘economia informal’, entre tantas modalidades existentes.”
- ¹³ O suposto fracasso escolar é usado para explicar o desemprego, ou seja, o trabalhador fracassado na escola fracassa na obtenção de emprego.

Recebido em: 12/2013

Publicado em: 06/2013.